

FORTALECIMENTO E APRENDIZADO COLETIVO NA REDE LUSÓFONA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO (RELUS)

O PROCESSO ATÉ AQUI

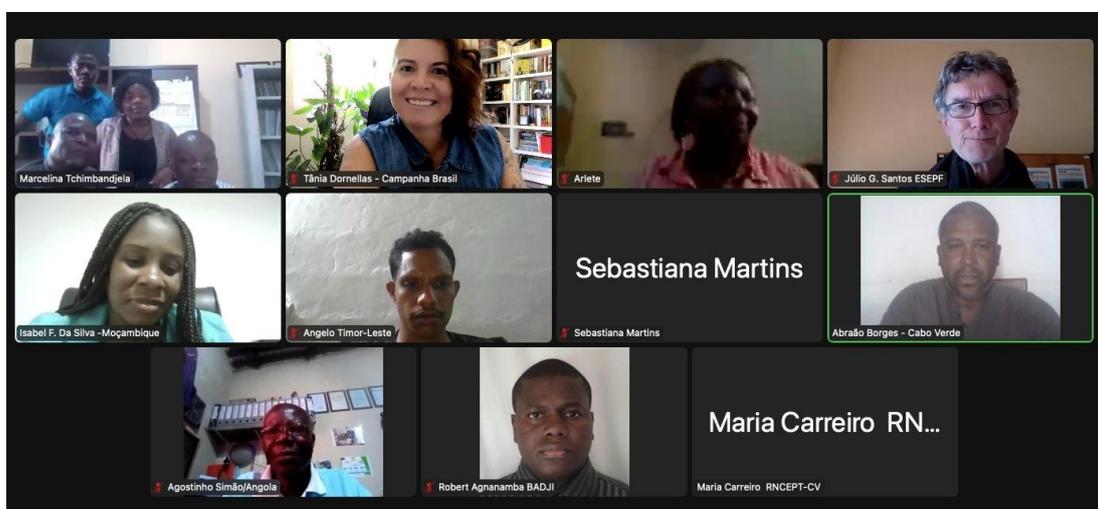
A Rede Lusófona pelo Direito à Educação é uma coalizão internacional da sociedade civil que reúne coalizões e organizações nacionais de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Estando, portanto, em 4 continentes: África, Américas, Ásia e Europa.

No segundo semestre de 2021 tiveram início as atividades de avaliação e planejamento da Rede Lusófona pelo Direito à Educação, que foram conduzidas pelas consultorias Tomara! e Entremeios, ambas contratadas pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, até então a organização coordenadora da Rede.



Durante o processo, foram identificadas as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças (FOFA) da ReLus, bem como compartilhado e discutido o que seus membros desejam para o futuro da Rede, com a produção do planejamento para o próximo triênio. Além disso, foi acordado entre os membros a nova forma de governança da Rede, que a partir de 2022 conta com um Comitê gestor integrado pelo Brasil, Moçambique e Cabo Verde.

Dando continuidade ao processo de fortalecimento da ReLus, em fevereiro de 2023 aconteceu a primeira reunião da Rede do ano. O objetivo da reunião foi discutir a proposta de parceria com Education Out Loud (EOL) e definir uma proposta preliminar para um processo de aprendizagem.



Essa parceria se desenvolveu e a Campanha Brasileira foi reconhecida como parceira de aprendizado da Education Out Loud (EOL), cujo objetivo é aprimorar as habilidades sobre Desenvolvimento Institucional e Advocacy por meio de ciclos de aprendizagem participativos e troca de experiências sobre práticas efetivas

para a promoção do direito à educação e construção de redes para a incidência política, com elaboração de plano estratégico para definição de metodologia de advocacy e monitoramento do ODS 4 em cada país.



2º ENCONTRO
INTERNACIONAL
da ReLus

Nome: PRAIA | CABO VERDE
Estrutura:

Como parte das etapas do projeto, aconteceu entre os dias 29 e 31 de agosto de 2023 o 2º Encontro da Rede Lusófona pelo Direito à Educação, realizado em Praia, Cabo Verde. O evento representou um marco significativo no esforço conjunto de fortalecer a coalizão de entidades comprometidas com a promoção e a defesa do direito à educação em países de língua portuguesa, incluindo Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Foi um momento de apresentar a realidade e desafios de cada coalizão e assim traçar um plano para o Ciclo de Formação que se inicia em setembro de 2023.

O encontro, que foi promovido com a facilitação da Campanha Nacional pelo Direito à Educação do Brasil, teve como objetivo consolidar e detalhar um programa para o ciclo de aprendizagens entre as entidades participantes da ReLus, com foco em *advocacy* (incidência política) e desenvolvimento institucional. O principal intuito da ReLus foi promover a troca de experiências e o fortalecimento das atuações de cada entidade pela efetivação do direito à educação em seus países, com enfoque no ODS 4 (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 4, da educação), da ONU.

Durante o encontro, deu-se início a um processo de aprendizagem para a construção de protocolos comuns para *advocacy*, de acordo com os compromissos assumidos pelos países frente a acordos internacionais. Foram discutidos alguns dos elementos centrais para a efetivação do *advocacy*, incluindo o mapeamento político, a mobilização da sociedade e a produção de conhecimentos. Em três dias intensos, reunimos representantes de diversas organizações, especialistas em educação e defensores dos direitos humanos que fazem parte da ReLus com um objetivo claro: fortalecer nossos laços, compartilhar conhecimentos e estratégias, e traçar um caminho conjunto para enfrentar os desafios que afetam a educação em nossos países.



1. REFLETINDO SOBRE OS DESAFIOS

Durante o Encontro, os participantes compartilharam valiosas reflexões sobre os desafios enfrentados no trabalho de incidência política pelo direito à educação. Entre as vozes que trouxeram suas perspectivas, Isabel da Silva, secretária executiva do Movimento de Educação para Todos de Moçambique, destacou uma série de desafios que merecem atenção e empenho coletivo.

Para Isabel, um dos desafios centrais é a busca pela autonomia da participação da sociedade em relação ao governo. Isso envolve a necessidade de equilibrar a colaboração com o governo enquanto se mantém a independência necessária para garantir uma advocacia eficaz. A questão do financiamento é particularmente relevante nesse contexto, pois a dependência de recursos governamentais pode afetar a capacidade de atuação independente das organizações.

Outro ponto destacado por Isabel diz respeito ao fortalecimento da Associação para o Desenvolvimento da Educação em África (Ancefa) e à capacitação para a captação de recursos com fundos internacionais. Essa necessidade de recursos adicionais é crucial para ampliar o impacto das iniciativas voltadas para a promoção do direito à educação.

Além disso, a falta de informações sobre como construir o Relatório Sombra em Moçambique representa um obstáculo significativo. Os Relatórios Sombra desempenham um papel fundamental na monitorização e responsabilização em relação ao cumprimento das metas educacionais, por fornecerem uma análise crítica independente a respeito de como estão funcionando (ou não) as políticas públicas do Governo, quanto aos vários aspectos dos direitos previstos nos tratados de direitos humanos. A capacitação nesse aspecto é essencial.

Um esforço notável em Moçambique é a campanha de *advocacy* para a produção de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) inspirado no modelo brasileiro. O compromisso do governo em realizar essa iniciativa é uma oportunidade promissora, mas também traz desafios na sua implementação e monitorização.

A continuidade das atividades técnicas, a criação de mecanismos de financiamento e mobilização de recursos, bem como o fortalecimento do *advocacy* em nível provincial, são outros desafios fundamentais destacados por Isabel. Por fim, a implementação do memorando de entendimento, também a nível provincial, é um desafio que requer um acompanhamento rigoroso e constante para garantir que os compromissos sejam cumpridos em todas as instâncias.

Abrão Borges, representante da rede Educação para Todos (EPT) em Cabo Verde, destacou a complexidade e a amplitude das questões educacionais em Cabo Verde e a importância contínua de buscar soluções que promovam o acesso, a qualidade e a equidade na educação em todos os níveis. Entre essas preocupações, destaca-se a necessidade de integrar efetivamente o ensino pré-escolar no sistema educacional, garantindo que seja acessível, inclusivo e de alta qualidade para todas as crianças.

Além disso, o financiamento adequado da educação é uma preocupação crítica. Garantir recursos suficientes para melhorar a infraestrutura, capacitar professores e fornecer materiais educacionais é essencial para aprimorar a qualidade do ensino.

Outro desafio significativo apontado por Abrão é o alto custo associado ao deslocamento dos estudantes. Isso inclui questões relacionadas ao transporte para acessar escolas e universidades, o que pode ser uma barreira significativa para muitos alunos que desejam obter educação inclusiva e de qualidade.

Adicionalmente, o abandono do ensino superior devido ao alto custo de permanência é uma preocupação legítima. Muitos estudantes enfrentam dificuldades financeiras que os levam a interromper seus estudos, e essa questão deve ser abordada para garantir igualdade de oportunidades para todos na busca por uma educação superior.

Por fim, a expectativa pela publicação de normativos que regulamentam a educação pré-escolar é compreensível. Esses regulamentos têm o potencial de estabelecer diretrizes importantes para a qualidade e eficácia do ensino pré-escolar, incluindo critérios para a formação e especialização dos profissionais que atuam nessa etapa, bem como melhorias nos salários.

Sebastiana Martins, presidente do Conselho de Direção da Associação de Atores Sociais de Angola, trouxe à tona um desafio significativo: a necessidade de participar politicamente de maneira formal e organizada, institucionalizando a Rede com uma orientação voltada para a interação com o governo.

Francisco de Araújo, Presidente do Conselho do *Civil Society Education Partnership (CSEP)*, Timor Leste, destacou dois desafios cruciais durante as discussões. Primeiramente, mencionou a necessidade de lidar com o plano do Ministério da Educação para o fechamento das escolas, um assunto de grande relevância que requer uma abordagem cuidadosa.

Além disso, Francisco também ressaltou a falta de clareza na execução orçamentária para a educação por parte do governo. Esse desafio destaca a importância da transparência e da gestão adequada dos recursos destinados à educação, a fim de garantir que sejam alocados de forma eficaz para promover o direito à educação de qualidade.

Eduardo Elba, Secretário Permanente da Federação das ONG (FONG-STP), delineou uma série de desafios abrangentes que estão atualmente sendo enfrentados na área da educação em São Tomé e Príncipe. Ele começou destacando questões relacionadas ao processo de escolarização, observando que, apesar da alta porcentagem de crianças em idade escolar (cerca de 93%) estarem matriculadas, outros aspectos são igualmente desafiadores, como a qualidade da educação, o que coloca em dúvida a capacidade de cumprir o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 4.

A pandemia agravou a precariedade da educação, contribuindo para desafios como a falta de formação adequada de professores e a superlotação de turmas. Além disso, Eduardo mencionou a importância de estabelecer padrões de qualidade na educação e a preocupação com a quantidade de professores devidamente capacitados para lecionar.

Questões orçamentárias também são um ponto crítico. Embora 12% do PIB seja destinado à educação, a alocação de recursos não se traduz efetivamente na melhoria das condições nas escolas. A diferença entre a dotação orçamentária e a execução orçamentária é substancial, resultando em menos da metade dos recursos realmente aplicados na prática. Isso ocorre em um cenário em que o número de pessoas em idade escolar está aumentando, enquanto os recursos estão diminuindo.

Por fim, Eduardo ressaltou a necessidade de formalizar a Rede de Educação, destacando a importância de estabelecer uma estrutura organizacional sólida para enfrentar esses desafios educacionais de maneira coordenada e eficaz.

Miguel de Sá, da Rede de Campanha de Educação para Todos Guiné-Bissau, ressaltou uma série de desafios cruciais que afetam a educação em seu país. Um desses desafios é o casamento precoce, que

tem impactos significativos na educação das meninas. As uniões matrimoniais precoces frequentemente interrompem o percurso educacional das jovens.

Além disso, Miguel observou que a religião exerce um impacto considerável sobre as decisões tomadas por meninas e mulheres em relação à educação, influenciando seus acessos e oportunidades. A distância entre a escola e a residência dos estudantes também se revela como um desafio relevante, pois pode dificultar o acesso à educação, especialmente em áreas rurais.

Por fim, a instabilidade política emergiu como uma preocupação substancial, com o país experimentando uma rápida mudança de ministros da educação em um curto espaço de tempo. Isso pode prejudicar a consistência das políticas educacionais e a implementação de reformas necessárias para melhorar o sistema educacional.

Andressa Pellanda, coordenadora geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, abordou uma série de desafios complexos que se destacam como questões críticas na promoção do direito à educação no Brasil.

Um dos desafios apontados por Andressa é a necessidade de manter a constância da mobilização da rede, mesmo em momentos de crise. Isso ressalta a importância da perseverança e do engajamento contínuo em prol da educação, independentemente dos desafios que possam surgir.

Outra questão crítica é a tecnologia utilizada na educação, um tema relativamente novo em que ainda se sabe pouco sobre os perigos potenciais relacionados a seu uso. Além disso, a governança da tecnologia muitas vezes não inclui adequadamente os atores da educação, o que pode ter implicações negativas significativas para o setor.

Andressa também mencionou a importância do financiamento da educação e como o impacto do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016 pode afetar esse financiamento. Além disso, a desmilitarização das escolas é um desafio que destaca a necessidade de promover ambientes educacionais seguros e inclusivos.

A influência da imprensa e das mídias, incluindo a criação da Jeduca (Associação de Jornalistas de Educação), foi apontada como uma preocupação, especialmente quando parte dessa influência pode ser cooptada por interesses parciais que entendem a educação como um negócio lucrativo e não como um direito. Por fim, a incidência de grupos conservadores nos currículos educacionais é uma questão delicada.

2. COMPARTILHANDO ESTRATÉGIAS

Durante o encontro 2º Encontro da Rede Lusófona pelo Direito à Educação, os participantes foram convidados a discutirem sobre as estratégias de defesa de direitos, advocacy e fortalecimento institucional. Após estes momentos de partilha também houve uma formação, organizada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, sobre Teoria da Mudança.

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação do Brasil apresentou sobre como identificar e interagir com agentes públicos, organizações da sociedade civil e especialistas no campo da Educação. Através de sua história de incidência sobre as políticas públicas de educação em âmbito nacional e internacional, foi apresentando estratégias de advocacy desenvolvidas ao longo dos últimos anos, especialmente sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da

Educação (Fundeb), em 2020. Andressa Pellanda, coordenadora geral da Campanha destacou a participação da Rede da Campanha nestes processos, das estratégias de comunicação, principalmente as digitais durante a pandemia de Covid-19 e a importância da produção de conhecimento e articulação para as estratégias de *advocacy*.

O representante da Rede Nacional da Campanha de Educação para Todos de Cabo Verde, Albertino Delgado, apresentou sobre as especificidades de realizar *advocacy* na área de educação no país. De acordo com ele, o país insular, composto por 10 ilhas, com uma população de 587.925 habitantes, tem como desafio de partida a participação presencial devido às suas características geográficas. Por isso, a Rede tem realizado formações de *advocacy* nas diferentes localidades em que realizam atividades, para promover uma mobilização da sociedade mais consistente.

Outra importante ação de incidência realizada pela Rede em Cabo Verde tem sido a Campanha Nacional de Mobilização para Aumento do Orçamento do Estado para Educação, que tem conquistado feitos importantes, como o aumento dos recursos públicos destinados à educação pré-escolar. Quando iniciaram a Campanha o recurso para educação pré-escolar no país era de 0,1% (2014), isso se manteve até aproximadamente 2020 e atualmente é de 2,3% (2023). Outra estratégia importante desenvolvida pela Rede é a parceria com jornalistas locais através do Observatório da Cidadania para pautarem os jornais sobre o tema da educação.

Eduardo Elba, representante de São Tomé e Príncipe falou sobre a incidência que têm realizado para monitorar o orçamento do Estado para educação, com base no ["Orçamento e Direitos das Crianças - Um guia e apoio à elaboração e monitoria do Orçamento de Estado"](#), de 2014. O principal desafio para realizar esta incidência, de acordo com Eduardo, é a falta de informação e transparência por parte do Estado em relação ao orçamento e aos gastos de Educação. Neste sentido, foi indicada a necessidade de formação de um gabinete que faça a coordenação destes recursos, bem como a gestão das doações recebidas pelo país para investimentos em educação.

O segundo momento da formação tratou sobre Planejamento Estratégico orientado pela Teoria da Mudança. Marcele Frossard, coordenadora de programa e políticas da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, contextualizou a Teoria da Mudança, destacando suas aplicações e benefícios para a construção de ações impactantes no campo da educação e importância para o planejamento estratégico das organizações. Como parte deste momento, os presentes foram convidados a revisar o plano estratégico desenvolvido para a ReLus, como mencionado anteriormente, e refletir sobre as características da Teoria da Mudança para traçar o caminho para a mudança social. Marcele Frossard, destacou que a construção da Teoria da Mudança deve ser participativa, envolvendo a comunidade beneficiária através de consultas, que deve ser realizada através de uma gestão adaptativa, capaz de se adequar às circunstâncias, e que realize um monitoramento de indicadores para compreensão dos resultados alcançados .

Por fim, os presentes foram convidados a analisar um exemplo de Teoria da Mudança, desenvolvido pelo Projeto Sistema Educacional Transformador e Antirracista (SETA), que a Campanha integra, e discutiram sobre como se apropriar desta ferramenta em suas organizações para garantir o desenvolvimento institucional.

3. CONSTRUINDO O APRENDIZADO COLETIVO

A partir do encontro em Cabo Verde foi feito o desenho do programa de trocas e formação, para alinhamento das expectativas em relação aos ciclos de aprendizagem, para pactuação das responsabilidades entre os participantes, para aprimoramento de processos de planejamento, monitoramento e avaliação (Teoria da Mudança), assim como para construção de protocolos comuns para advocacy e monitoramento do ODS 4 em cada país.

Com isso, foi acordada a realização de 3 ciclos de aprendizagem (momentos virtuais de formação) para os quais foi designada uma entidade do Comitê Gestor da ReLus como responsáveis pela coordenação e organização para cada um dos seguintes temas:

- Desenvolvimento Institucional (Teoria da Mudança, Comunicação e Mobilização - campanhas em redes sociais, incidência na imprensa, levantamento de dados)
- Articulação Institucional (Alianças/ construção de redes para a incidência política) e
- Advocacy (Plano estratégico de advocacy) para aprimorar as práticas, ampliar a capacidade de articulação e promover a cooperação e a articulação das entidades que compõem a ReLus.

Esse ciclo de atividades irá contemplar:

- a) o aprofundamento crítico sobre os processo de incidência nos diversos contextos de cada país;
- b) o intercâmbio de experiências de boas práticas de advocacy de cada país; e
- c) a identificação de histórias de mudanças em torno da efetivação do direito à educação, a partir da diversidade de estratégias de advocacy.

A programação do ciclo de formações foi organizada da seguinte forma:

[22/09] Articulação Institucional - coordenação Cabo Verde

Articulação institucional para advocacia

Timor Leste e Cabo Verde

Métodos e articulação para pesquisa com evidências para advocacia

Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

[27/10] Desenvolvimento Institucional - coordenação Moçambique

Elaboração de projetos para mobilização de recursos, com ênfase na teoria da mudança e planificação estratégica

Brasil

Formalização de rede

Angola e Moçambique

[24/11] Advocacia - coordenação Brasil

Monitoramento e advocacia sobre obras públicas

São Tomé e Cabo Verde

Fechamento do espaço cívico e tensões sociais

Guiné-Bissau e Brasil

Advocacia em contextos de emergência

Moçambique

Para o ciclo de formação, cada país indicou 3 participantes. As aulas ao vivo acontecerão através da plataforma Zoom e foi criado um espaço em plataforma online onde estarão disponíveis as aulas gravadas, material de apoio e de leitura para aprofundamento do conteúdo dado em aula bem como exercícios avaliativos a serem desenvolvidos ao final de cada aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, o processo de construção coletiva e o estabelecimento de contatos com redes tão diversas, abrangendo países de 4 continentes, desempenham um papel vital na formação e no fortalecimento da Rede Lusófona pelo Direito à Educação (ReLus) e no avanço de nossos esforços na luta pelo direito à educação nos países de língua portuguesa.

A interação com parceiros globais amplia nossas perspectivas, enriquece nossa compreensão das complexidades educacionais e nos proporciona insights valiosos para enfrentar os desafios comuns que enfrentamos. A diversidade de contextos e experiências enriquece nosso repertório de soluções e estratégias, fortalecendo nossa capacidade de promover políticas educacionais inclusivas e de qualidade.

Por meio desse contato internacional, construímos pontes de solidariedade que transcendem fronteiras, reforçando nosso compromisso com a educação como um direito universal e compartilhado, que é a base essencial para o desenvolvimento sustentável e a igualdade em todas as nações de língua portuguesa. Juntos, estamos moldando o futuro da educação, com a convicção de que a colaboração global é a chave para garantir que todas as crianças, jovens e adultos tenham a oportunidade de aprender, crescer e prosperar.

